



Processo: 868/2026 - Projeto de Lei Complementar nº 4/2026

Fase Atual: Discussão e Votação Única

Ação Realizada: Pela Aprovação

Próxima Fase: Elaborar Redação Final e Autógrafo

De: **Plenário**

Para: **Coordenação de Processo Administrativo**

Após aprovação por unanimidade dos Vereadores presentes, em discussão e votação única, na 23ª Sessão Ordinária, realizada em 15 de julho de 2026, do Projeto de Lei Complementar nº 04/2026, com a aprovação e incorporação da Emenda Modificativa nº 01, que altera a redação do art. 5º para estabelecer a produção dos efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2026; da Emenda Modificativa nº 02, que inclui os Conselheiros Tutelares entre os beneficiários da revisão geral anual; e da Emenda Aditiva apresentada pelo Poder Executivo, que acrescenta o § 3º ao art. 1º, excluindo os servidores efetivos do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE da revisão geral anual prevista na proposição, encaminhem-se os autos à Coordenação de Processo Administrativo para elaboração do competente Autógrafo de Lei, observando-se a consolidação do texto aprovado pelo Plenário.

Boletim de Votação

Vereador	Voto
Alcione de A. Gomes	SIM
Delson de Souza Carneiro	SIM
Estevão Silva Machado	SIM
Joceir Cabral de Melo	SIM
Leandro Batista dos Santos	SIM
Lenildo Henriques	SIM
Lucas Silva Soares	AUS
Lucimar Alves Soares	AUS
Paulo de Oliveira Cruz Neto	SIM
Renildo N. Peçanha	SIM
Tiago Faria Leal (Presidente)****	
Vandilson T. de Araujo	SIM
Weder G. Benevides	SIM

**** Conforme Regimento Interno, o Presidente só vota neste tipo de Projeto em caso de empate.





CÂMARA MUNICIPAL DE
ITAPEMIRIM
PODER LEGISLATIVO

Despacho Eletrônico

CMI Digital

Itapemirim-ES, 16 de julho de 2026.

Caroliny Rodrigues Coutinho Moreira

Gerente de RH e DP

3875720

Tramitado por: Caroliny Rodrigues Coutinho Moreira - Gerente de RH e DP



Autenticar documento em <https://camaraitapemirim.splonline.com.br/spl/autenticidade>
com o identificador 390038003000320035003A005400, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.